

arquivo & administração

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 2 — N.º 1 — ABRIL 1974



55 Clas. PER
& Administração

ex. 2

PER. Currículo Superior de Arquivo

359



Diretores de arquivos de vários estados e historiadores estiveram reunidos dia 25 de Janeiro, no Conselho Federal de Cultura, sob a presidência do professor Moniz de Aragão, para estudar medidas de defesa contra a evasão de documentos históricos do Brasil, bem como debater assuntos relacionados à conservação e preservação dos arquivos brasileiros. O encontro foi promovido pelo professor Américo Lourenço Jacobina Lacombe, seguindo recomendações especiais do Sr. Ministro da Educação e Cultura, ao qual enviou o ofício que ora transcrevemos, relatando os resultados da reunião:

Senhor Ministro

1. Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, conforme as recomendações recebidas, entrei em contato com o professor Raimundo Moniz de Aragão, presidente do Conselho Federal de Cultura, e convidei para uma reunião um grupo de personalidades interessadas no problema da conservação e preservação dos arquivos históricos do Brasil.

2. Atendendo a um apelo lançado através da Agência Nacional, compareceram ao salão do Conselho Federal de Cultura no dia 25 de janeiro último, sob a presidência do prof. Moniz de Aragão, o diretor do Arquivo Nacional, Dr. Raul do Rêgo Lima e o prof. José Pedro Pinto Esposel, presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros. A Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA) esteve representada pelo seu presidente, abaixo assinado, e pelo prof. Arno Wehling.

3. Faziam-se representar ainda o Instituto do Desenvolvimento Social e Econômico do Pará, por duas bibliotecárias, representando o Governo estadual; a historiadora

Heloísa Liberalli Bellotte, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; a professora Maria Nadei Gonçalves, da Fundação Cultural e Casa Romário Martins, de Curitiba; o coronel Riograndino da Costa e Silva, diretor do Museu Histórico do Rio Grande do Sul e membro do Conselho Estadual de Cultura; o Historiador Hélio Silva, a professora Maria Cecília Ribas Carneiro e a bibliotecária Maria de Lourdes Claro de Oliveira, do Centro da Memória Social, do Núcleo Universitário Cândido Mendes; o prof. Regis Duprat, do Centro de Estudos de História Econômica do Ministério da Fazenda; a professora Maria Amélia Porto Migueis, do Museu Imperial de Petrópolis; D. Maria Cellina Goulart do Amarante e Dra. Norah Levy e a licenciada Solange Budin Garcia de Zuñiga, do Arquivo Histórico da Casa de Rui Barbosa.

4. Cada um dos participantes da reunião, fez uma rápida apresentação de sua instituição e de suas finalidades. O abaixo-assinado, fez uma ligeira exposição a respeito do problema de dispersão e da evasão dos documentos históricos no país, e do interesse manifestado pelo Ministério de sentir a opinião das instituições que cuidam do problema. As conclusões a que se chegasse seriam comunicadas diretamente ao Ministério e ao Conselho Federal de Cultura, como subsídio para o exame do problema. O recente alarme da imprensa, ainda que se verifique tratar-se de impressos — e não de manuscritos — foi salutar porque despertou a opinião pública para o assunto.

5. O professor Esposel, fez um ligeiro relato de suas visitas a

diversos arquivos no país, e das aspirações dos arquivistas, manifestadas especialmente no Congresso de 1972, onde mais de mil especialistas brasileiros debateram os problemas de classe, numa reunião cujos anais estão sendo organizados. Fez ressaltar que **o problema de maior urgência ainda é o da conservação dos documentos, que supera de muito o da evasão, porque esta ao menos, não destrói o documento.** Seria importante aproveitar a oportunidade para fazer chegar ao conhecimento das autoridades, algumas sugestões sobre o problema dos arquivos.

6. O diretor do Arquivo Nacional fez sentir que o **Sistema Nacional de Arquivos**, já constituído legalmente, não pode ter o sentido de uma concentração irrealizável de documentos, mas de uma **cooperação de todos os responsáveis pelos acervos documentais, quer públicos quer particulares, num plano de coordenação e cooperação.**

Neste caso revela que, tem conseguido resultados confortadores, junto a serviços públicos e a instituições estatais autônomas, e particulares, inclusive eclesásticas. Quanto à **evasão, já proibida em lei, acredita mais na criação de uma mentalidade esclarecida por parte dos responsáveis, que em medidas policiais, de difícil execução.**

A larga difusão de que existem instituições, públicas ou privadas, incumbidas de conservar documentos administrativos, comerciais e particulares, mesmo sem comprá-los, já poderá evitar a dispersão ou a destruição de muitos papéis, muitas vezes pela simples impossibilidade de mantê-los ou pela ignorância do valor que eles possam ter para a história social ou econômica.

7. Após amplos debates os presentes convieram em reunir em

quatro pontos principais, as sugestões às autoridades:

a) Solicitar às autoridades a coordenação entre as medidas em execução no setor do MEC, criando e prestigiando a formação de arquivologistas, cujo curso é considerado de nível superior pelo CFE (que está agora fixando-lhe o currículo mínimo) e as decisões do DASP que eliminou os arquivologistas nas carreiras de funcionários.

b) Pedir, conseqüentemente a valorização dos cursos técnicos de arquivo, levando-os em conta nas promoções, quer nas repartições oficiais, quer nas vinculadas ao Governo.

c) Prestigiar a implantação do Sistema Nacional de Arquivos, que tem como órgão controlador o Arquivo Nacional, a fim de que este possa exercer o papel que já lhe compete por lei.

d) Evitar a evasão e dispersão dos arquivos públicos, de empresas e de particulares, pela demonstração

de interesse por parte do poder público pelas Instituições públicas ou privadas que se propõem a guardar e proteger os acervos de empresas, públicas e privadas, bem como das particulares. Para isso seria recomendável o registro dessas instituições no Arquivo Nacional com o qual estabeleceriam contato permanente. Essas instituições deveriam receber o estímulo do poder público, por meio de convênios que lhes habilitasse à aquisição, ou a simples guarda adequada de pápeis, ou pela utilização de aparelhamentos de reprografia para seu uso.

8. Finalmente os representantes das Instituições estaduais consideram salutar uma ação do Conselho Federal de Cultura junto aos conselhos estaduais, a fim de que estes princípios se divulguem por todo o território nacional, atingindo estados e municípios.

9. Os presentes acharam útil, igualmente, anexar à presente exposição, como apêndice, um projeto de lei apresentado ao governo do

Rio Grande do Sul pelo 1.º Simpósio Sul-Riograndense de Preservação do Patrimônio Cultural e uma exposição (também acompanhada de um projeto de lei) lido pelo diretor do Arquivo Nacional e já do conhecimento do Ministério a que está subordinado. Também pareceu útil juntar a Lei Espanhola sobre a Defesa do Patrimônio Documental, publicada no Boletim do Arquivo Nacional.

10. Ao levar a Vossa Excelência os resultados desta reunião, tomo a liberdade de indagar se acha conveniente convocar novas reuniões para prosseguir no exame do problema, em coordenação com o Conselho Federal de Cultura.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos do mais profundo respeito.

(ass.) Américo Lourenço Jacobina Lacombe

Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa e Presidente da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística

CASTRO, Astréa de Moraes e —
Arquivo no Brasil e na Europa.
Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973. iv, 124 p.

A autora é a Chefe da Seção de Documentos Históricos da Câmara dos Deputados. Na apresentação feita pelo Diretor do Arquivo Nacional, foram dirigidos elogios à autora pela sua imensa capacidade de pesquisa: "grande parte dos escritos reunidos resulta de artigos de imprensa, o que demonstra haver a autora procurado os meios amplos de divulgação para a nobre batalha em que se empenhou". O livro é dividido em 2 partes: Arquivo no Brasil — uma parte introdutória sobre o aspecto do problema arquivístico. Um capítulo sobre Preservação de Documentos, abordando os inimigos do papel e a medicina preventiva e curativa. Um sobre o Curso Superior de Arquivo, e histórico sobre o Arquivo na Câmara dos Deputados.

Na segunda parte, Arquivo na Europa — aborda os arquivos com nota sobre cada um:

— Arquivo do Estado — Zurique, Suíça; Archivio di Stato e Archivio Segreto Vaticano — Roma, Itália; Archivo Histórico Nacional — Madrid, Espanha; Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa, Portugal; Les Archives Nationales e O Arquivo da Assembléa Nacional — Paris, França; Public Records Office — Londres, Inglaterra.

Livros

A ser publicado:

Arquivos correntes: organização e funcionamento. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. Tradução de Nilza Teixeira Soares.

Manual preparado pelo Departamento de Administração de Arquivos Correntes (Records Management Branch) do Arquivo Público do Canadá, em colaboração com a Divisão de Política de Aperfeiçoamento Administrativo (Management Improvement Policy Division) do Secretariado do Conselho do Tesouro (Treasury Board Secretariat).